

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA – *CAMPUS* DE CACOAL
CURSO DE DIREITO

**A IMPORTÂNCIA DAS PENAS ALTERNATIVAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DO
APENADO**

Cacoal
2006

GLÓRIA CHRIS GORDON

**A IMPORTÂNCIA DAS PENAS ALTERNATIVAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DO
APENADO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* de Cacoal- (RO) como requisito parcial para a colação de grau, sob a orientação do Professor Especialista Silverio dos Santos Oliveira.

Cacoal
2006

PARECER DE ADMISSIBILIDADE

A acadêmica Glória Chris Gordon desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado pelo Departamento de Direito da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Cacoal, Rondônia.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Assim sendo, a acadêmica está apta para a apresentação expositiva de sua monografia junto à Banca Examinadora.

Cacoal – (RO), 15 de agosto de 2006.

Prof. Especialista Silverio dos Santos Oliveira
Orientador

GLORIA CHRIS GORDON

**A IMPORTÂNCIA DAS PENAS ALTERNATIVAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DO
APENADO**

BANCA EXAMINADORA

Profº. Especialista Silverio dos Santos Oliveira – UNIR	-	Nota
Profº Antônio Paulo dos Santos - UNIR	-	Nota
Prof. Francisco José Garcia Figueiredo - UNIR	-	Nota
Média		

Dedico este trabalho à minha família e ao meu noivo pelo apoio e encorajamento contínuos na elaboração da pesquisa.

Agradeço ao professor e orientador Silverio dos Santos Oliveira, pelo auxílio na pesquisa, aos demais professores da Instituição, pelos conhecimentos transmitidos, e à Diretoria do Curso de Graduação da Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal – (RO), pelo apoio institucional.

***“O homem é uma tábua rasa sobre a qual a
experiência é gravada”
Locke***

RESUMO

Este trabalho monográfico aborda sobre a importância das penas alternativas na ressocialização do apenado, evidenciando que a aplicação dessas penas são mais eficazes do que as penas privativas de liberdades. As penas alternativas permitem que os condenados cumpram a pena junto ao seio social, enquanto as privativas de liberdade, além de retirar o infrator do convívio familiar e social, resultam na violação dos direitos humanos, em razão das condições subumanas oferecidas nas penitenciárias. Sua execução é mais célere, pois refere-se a crimes de menor potencial ofensivo e a infratores que não representam perigo à sociedade. A pena alternativa não lança e esquece o apenado no cárcere e evita que o condenado sofra o estigma de criminoso, permitindo que tenha uma vida normal após o cumprimento dessa. As penas reclusivas não têm atingido o caráter reeducativo ao qual se destinam, ao contrário, tem-se percebido que os condenados com essas, acabam se tornando reincidentes. O surgimento das penas alternativas foi um grande avanço na legislação penal brasileira, e sua aplicação tem demonstrado que a pena reclusiva há muito tempo, em nada tem contribuído para trazer o preso de volta ao convívio harmônico em sociedade, ao mesmo tempo, que comprova que ainda é possível sonhar-se com a reabilitação do apenado.

Palavras-chave: penas alternativas, ressocialização.

ABSTRACTO

Este trabajo aborda la importancia de las condenaciones alternativas para la resocialización del criminal, haciendo ver que la aplicación de esas condenas son más eficaces que las penas de reclusión. Las condenas alternativas permiten que los condenados cumplan condena junto al seno social, al contrario, las prisiones de reclusión, no solo sacan el infractor del convivo familiar y en sociedad, como también, resultan en violación de los derechos humanos, en razón de los tratamientos sub humanos ofrecidos en las prisiones. Su ejecución es más célere, pues se refiere a crímenes de menor gravedad y los practicantes no representan peligro a la sociedad. Las condenas alternativa no lanza e se olvida del prisionero en la cárcel y ante todo, evita que él sufra el estigma de criminal, lo que permite que tenga una vida normal después del cumplimiento de su condena. Las prisiones no están consiguiendo alcanzar el carácter reeducativo a lo cual se destinan, al contrario, es posible dar se cuenta que los condenados con ellas, fácilmente vuelven a repetir los mismos crímenes. Las condenas alternativas es un gran avance en la legislación brasileña, e su aplicación demuestra que las prisiones de reclusión, hace mucho tiempo, en nada contribuye para traer el preso de vuelta al convivo armónico en sociedad, al mismo tiempo, que comprueba que todavía, es posible soñar con la rehabilitación del prisionero.

Palabras llaves: condenas alternativas, resocialización.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PENAS ALTERNATIVAS	13
2 – DO SURGIMENTO DAS PENAS ALTERNATIVAS.....	19
2.1 – Origem dos caminhos alternativos no Direito Comparado.....	19
2.2 – Origem dos caminhos alternativos na legislação penal brasileira.....	21
2.3 – Origem das penas alternativas na legislação brasileira.....	23
3 – DAS PENAS ALTERNATIVAS.....	27
3.1. Conceito.....	27
3.2. Objetivo.....	29
3.3. Aplicação das penas alternativas.....	30
3.4. Vantagens da aplicação das penas alternativas.....	32
3.5 Desvantagens das penas alternativas.....	33
4 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PENAS ALTERNATIVAS.....	34
4.1. Da prestação pecuniária.....	34
4.2. Da perda de bens e valores.....	35
4.3. Da prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	36
4.4. Da interdição temporária de direitos.....	38
4.4.1. Da primeira interdição.....	38
4.4.2. Da segunda interdição.....	39
4.4.3. Da terceira interdição.....	39
4.4.4. Da quarta interdição.....	40
4.5. Da limitação de fim de semana.....	40

4.6. Da pena de multa – outra forma de substitutiva penal.....	42
5 – DA CONVERSÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO EM PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....	43
5.1. Hipótese de descumprimento injustificado da pena alternativa.....	43
5.2. Hipótese de nova condenação.....	45
5.3. Da impossibilidade da conversão das penas de multa em penas reclusivas	46
6 – DIREITOS HUMANOS DO PRESO.....	47
6.1. Da violação do princípio da dignidade humana nas penas reclusivas.....	48
6.2. O respeito aos direitos fundamentais do homem nas penas alternativas.....	53
7 – AS PENAS ALTERNATIVAS COMO MEIO DE RESSOCIALIZAÇÃO	55
7.1. A importância das penas alternativas na ressocialização do apenado.....	56
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIA.....	60

INTRODUÇÃO

A Lei 9.714/98, que alterou a redação dos artigos 43, 44, 45, 55 e 77 do Código Penal, foi editada com o objetivo precípuo de reduzir a superlotação carcerária, tendo em vista a falência do sistema penitenciário brasileiro, além disso, a nova lei é um reflexo da tendência descriminalizante e despenalizante do moderno direito penal brasileiro, vanguardada pela Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais).

A reforma do Código Penal feita pela Lei 7.209/84 trouxe grande inovação em relação ao Código Penal de 1940, uma vez que incluía como espécies de pena as restritivas de direitos, verdadeiras alternativas à prisão, sendo elas, a prestação de serviço à comunidade, a interdição temporária de direitos e a limitação de fim de semana.

Embora timidamente, a Lei 7.209/84, reconhecendo a perniciosidade das prisões de curta duração, previra a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos nas condenações inferiores a 01 (um) ano, em se tratando de crimes dolosos e nos crimes culposos.

Com o advento da Lei dos Juizados Especiais, a moderna orientação político-criminal brasileira foi mais além ao entender que para os delitos considerados de pequeno potencial ofensivo¹ não se justificava sequer a instauração da *persecutio criminis*, devendo ser aplicados os institutos despenalizadores e descarcerizadores da composição dos danos, da representação nos crimes de lesão simples ou culposa e da transação penal. Por seu turno, o prosseguimento da ação penal poderia ser suspenso para os delitos de média gravidade, mediante o

¹ Lei 9.099/95. “Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os delitos desta lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, excetuada os casos em que a lei preveja procedimento especial.”

oferecimento da proposta da suspensão condicional do processo, desde que preenchidos os requisitos de caráter subjetivo e objetivo.

A Lei 9.099/95 foi revolucionária, pois introduziu um novo modelo de justiça penal, chamado consensual. Adotou o princípio de discricionariedade regradada e, por meio dele, o Ministério Público, nas hipóteses elencadas na lei, poderia dispor da persecução criminal para propor a aplicação de alguma medida alternativa.

Mas foi a Lei 9.714/98 (Lei das Penas Alternativas) que modificou de maneira sobrepujante o sistema jurídico-penal ao determinar aplicação de penas restritivas de direitos em substituição à pena privativa de liberdade “não superior a 04 (quatro) anos e se o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo”.(Artigo 44, inciso I).

As Penas alternativas são as penas restritivas de direitos, e essas estão inseridas nos artigos 43 a 48 do Código Penal Brasileiro, Lei 9714/98. Podem substituir as penas privativas de liberdade, quando presentes os requisitos subjetivos, que se referem à conduta do indivíduo, e requisitos objetivos, que refere-se à forma que o delito foi praticado.

Por intermédio da chamada Lei da Penas Alternativas, finalmente o legislador reconheceu que a prisão, notadamente nos moldes adotados no Brasil, há muito não vem cumprindo sua função ressocializadora, ao contrário, tem se tornado uma verdadeira escola do crime, onde os que ali ingressam dificilmente conseguem retornar à sociedade e com ela retornar ao convívio harmônico.

Ao contrário das penas reclusivas, as penas alternativas possibilitam que o apenado seja punido pela sua conduta ilícita, sem que para isso tenha que deixar sua família, seu trabalho ou sua vida normal.

Essas penas destinam-se aos infratores de menor potencial ofensivo, que não representam perigo social, por isso sua execução é mais rápida, e consente que ela própria – a sociedade – fiscalize o cumprimento da pena. Por ser mais célere, é possível que o magistrado reserve maior tempo para resolver os crimes de maior complexidade.

É bem verdade que a pena privativa de liberdade não tem alcançado o objetivo ressocializador, contudo, ao analisarmos o nosso histórico de aplicação de penas, veremos o quanto evoluímos, pois em tempos remotos existia a pena de morte, depois as penas eram vistas como castigo imposto ao criminoso e todas eram direcionadas ao seu corpo. Todavia, apesar do progresso na aplicação da pena, não foi possível ainda, atingir o verdadeiro fim da pena – a ressocialização - fazer com que o réu, por meio da pena, reflita em seus atos e seja capaz de voltar ao convívio harmônico social, recuperando sua cidadania.

O objetivo das penas alternativas não é promover a ilicitude, por transparecer a impunidade, pelo contrário, é fazer à verdadeira ressocialização, tirando o criminoso do mundo marginal e inserindo-o de volta ao meio social, sem, contudo, representar ou trazer qualquer perigo à sociedade.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PENAS ALTERNATIVAS

Desde os tempos mais remotos da História da humanidade até a Antiguidade (4000. a 3.500 A.C.), a pena de morte foi a pena aplicada por excelência. Acreditava-se que além de servir para castigar o infrator, a pena capital (pena de morte) servia também para intimidar àqueles que ainda não haviam enveredado pelo caminho do crime, desestimulando-os a ingressar nessa alameda.

A História conheceu inúmeras outras penas, cuja característica principal era a barbárie e a crueldade com que eram aplicadas, sempre infligindo um grande sofrimento ao condenado, tal como as penas de galés, as torturas, os açoites, os trabalhos forçados, o banimento, etc. Todas essas penas tinham um único objetivo – castigar o criminoso e intimidar o que ainda não praticou nenhum delito.

No entanto, foi a partir do Iluminismo (Século XVIII), com a proliferação das idéias de democracia, liberdade e a dignidade humana que as penas corporais passaram a perder espaço para a pena privativa de liberdade.

Com o fim do absolutismo (por volta de 1788, quando a Burguesia ascendeu ao Poder), o indivíduo passou a ganhar uma importância dantes desconhecida, era agora detentor de direitos e liberdade frente ao Estado.

A partir da Revolução Francesa, (que teve início no dia 14 de julho de 1789, com a Queda da Bastilha) e o Surgimento do Estado Liberal, a pena privativa de liberdade foi

positivamente transformada, pois nos mais diversos ordenamentos jurídicos foram inseridas normas que privilegiam a dignidade humana.

Percebendo a danosidade que a prisão causava ao indivíduo, marcada pelas condições subumanas e cruéis conferidas aos encarcerados, os reformistas da segunda metade do século XVIII, inspirados pelos ideais iluministas e humanistas, propuseram a humanização e a racionalização da pena privativa de liberdade, especialmente através de mudança da então arbitrária legislação penal, típica do Estado Absolutista.

Ao mesmo tempo em que reconheceu os frutos advindos do século das luzes, Beccaria criticou o fato de poucos terem se dedicado a examinar e a combater “a crueldade das penas e as irregularidades dos procedimentos criminais”² que tantas atrocidades, tormentos e horrores trouxeram aos aprisionados.

Assim, Beccaria propõe um fundamento à justiça penal: um fim utilitário e político, sempre limitado pela lei moral. Criou princípios que até hoje utilizamos, dentre eles podemos destacar os seguintes:

- “- As penas não devem atingir alguns direitos dos cidadãos como as penas de morte cruéis.
- Só as leis podem fixar as penas.
- As leis devem ser conhecidas pelo povo e por este obedecidas.
- A prisão preventiva só se justifica quando houver prova do crime e de sua autoria.
- Devem ser admitidas em juízo todas as provas, inclusive o depoimento do acusado, que era considerado morto.
- Não se justificam as penas que ultrapassem a pessoa do condenado.
- Não se deve permitir a tortura para o interrogatório.
- A pena deve ter duas finalidades: intimidar o cidadão e recuperar o delinquente”³.

Verifica-se que tais princípios são utilizados inclusive no nosso ordenamento jurídico.

Entretanto, a pena privativa de liberdade também falhou em seus propósitos, mostrando-se insuficiente para ressocializar o infrator. A prisão tornou-se campo fértil para a promiscuidade entre os presos, para corrupção da administração prisional, para o surgimento de organizações criminosas, para a reincidência, enfim, para despertar o que há de pior no ser humano, e que talvez jamais conheceríamos se não fossem as prisões.

2 BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Ed. CL Edijur, 2005.

3 BECCARIA, Cesare. Op. cit., p.55.

Mas a história da pena de prisão nada mais é do que a história da miséria humana, pois ambas crescem de forma proporcional. À medida que aumenta a desigualdade socioeconômica, a fome, a pobreza, o desemprego, a miséria, cresce a criminalidade, a reincidência, surgem organizações criminosas que formam verdadeiros poderes paralelos aos do Estado.

Nesse ambiente de crise da pena privativa de liberdade e, diante da absoluta incompetência do Estado para implantar uma política penitenciária a contento, passou-se a estudar métodos alternativos às penas de curta duração, os quais seriam destinados aos criminosos primários e não habituais, bem como para os delitos de menor gravidade.

O Brasil, influenciado por esse novo modo de pensar a prisão, em 1924, adotou a suspensão condicional da pena em nossa legislação, com o franco intuito de evitar o encarceramento para os condenados a penas privativas de curta duração.

O *sursis* representou um grande avanço naquela época, uma vez que o Brasil era adepto da pena de morte, bem como das penas direcionadas ao corpo do infrator, sendo elas violentas e cruéis.

Em 1830 foi sancionado o Código Criminal do Império, que individualizava a pena, previa atenuantes e agravantes e o julgamento especial para os menores de 14 anos. A pena de morte era aceita com o intuito de coibir a prática de crimes pelos escravos.

Em outubro de 1890 foi editado o Código Penal que aboliu a pena de morte e instituiu a prisão com o fim de correção do delinquente. Embora cheio de inovações, principalmente por ter proibido a pena de morte, o Código Penal de 1890, por ser mal sistematizado, sofreu diversas alterações, acabando por gerar diversas leis que tinham por fim corrigir os erros ali encontrados, sendo posteriormente reunidas na Consolidação de Leis Penais (Dec. 22.213/32).

Hoje vigora o Código Penal de 1940, que entrou em vigência em 1942, e que tem por base o projeto de Alcântara Machado. Ele segue um pensamento eclético, estribando-se

principalmente nos Códigos italianos e suíços, sofrendo diversas alterações até os dias atuais, onde encontramos forte influência do Direito alemão.

Em 1980, o Chefe do Executivo determinou a reforma da Parte Geral do Código Penal de 1940. Houve, assim, várias alterações, como por exemplo: criação das penas alternativas; distinção entre o erro de tipo e erro de proibição; aplicação de penas mais elevadas nos crimes continuados.

A Lei 7.209/84, responsável pela Reforma do Código Penal Brasileiro de 1940, inseriu as penas alternativas de prestação de serviços à comunidade, limitação de fim de semana e interdição temporária de direitos, denominando-as como espécies de penas restritivas de direitos.

Em 14 de dezembro de 1990, a Assembléia Geral da ONU, através da Resolução 14/110, aprovou as Regras Mínimas das Nações Unidas sobre as Medidas Não Privativas de Liberdade, também chamadas Regras de Tóquio, contendo sugestões, recomendações e orientações acerca da aplicação e execução das alternativas penais.

Dentre os objetivos das Regras de Tóquio encontram-se: a promoção da aplicação de medidas não privativas de liberdade; o incentivo para que a comunidade participe ativamente na administração da Justiça Penal; o estímulo ao senso de responsabilidade dos delinquentes em relação à sociedade; a redução da aplicação da pena de prisão.

Seguindo a moderna tendência da intervenção mínima do direito penal, foi editada a Lei 9.099/95, responsável pela instauração do modelo de justiça penal consensual em nosso ordenamento jurídico, criando institutos de caráter descriminalizador e despenalizador, tais como a transação penal e a suspensão condicional do processo.

A Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, instituiu modalidades de penas restritivas de direitos (ou melhor, de penas alternativas), autônomas e substitutivas da privativa de liberdade, algumas das quais não foram previstas ou foram vetadas pela posterior Lei 9.714/98 (Lei das Penas Alternativas), sendo elas: a) suspensão parcial ou total de atividades

(art., 8º, III); b) recolhimento domiciliar (art. 8º, V); c) proibição de contratar com o Poder Público (art. 10); d) proibição de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios (art. 10); e) proibição de participar de licitações (art. 10).

Curiosamente, a pena de recolhimento domiciliar, adotada pela Lei 9.605/98, foi prevista no item III do artigo 43 da Lei 9.714/98⁴, contudo, este foi vetado pelo Presidente da República por não conter “o mínimo necessário de força punitiva” e, portanto, “totalmente desprovida de capacidade de prevenir nova prática delituosa”⁵.

Certo é que as razões do veto presidencial se revestem de um compreensível bom senso, contudo, não entendemos por que esse mesmo bom senso não prevaleceu em relação à Lei nº. 9.605/98, editada 09 (nove) meses antes da Lei 9.714/98, a qual inseriu o recolhimento domiciliar como modalidade de restritiva de direitos.

Com a edição da lei 9.714/98, o Código Penal sofreu profundas transformações em sua Parte Geral. Novas modalidades de penas alternativas foram instituídas (prestação pecuniária e perda de bens e valores) e buscou-se aperfeiçoar as já existentes (prestação de serviço à comunidade, limitação de fim de semana e interdição temporária de direitos).

As penas alternativas vêm ganhando espaço em decorrência do desalento provocado pelo fracasso da pena privativa de liberdade e pela firme convicção de que a prisão não é capaz de ressocializar, ao contrário, possui o efeito de transformar o delinqüente não-habitual em reincidente contumaz e tornar o recluso perigoso em Príncipe das Trevas.

Além do mais, para o Estado, unindo o útil ao agradável, a aplicação das penas alternativas, além de amenizar o problema da superlotação carcerária, diminui o valor das verbas – já tão minguadas – destinadas à implantação de uma adequada política penitenciária.

Decerto, as penas alternativas não a solução para o problema penitenciário, tampouco é essa a sua pretensão. Contudo, servem elas para mostrar que a prisão deverá ser destinada

4 Art.43.As penas restritivas de direitos são:

III – [\(VETADO\)](#)

5 COSTA, Tailson Pires. **Penas Alternativas – Reeducação adequada ou estímulo a impunidade?**, Ed: Max Limonad. 1999, p.55.

para os crimes de maior gravidade, e conseqüentemente, para os criminosos que ofereçam maior perigo à paz social.

Frise-se que não basta criar e instituir novas penas alternativas, em nosso ordenamento jurídico, é necessário, efetivá-las, de modo a não destiná-las ao inevitável fracasso, como tem ocorrido com as penas privativas de liberdade.

Embora o termo penas alternativas possa não ser o mais correto, o fato é que as penas previstas na Lei 9.714/98, de caráter substitutivo, são alternativas à pena de prisão.

Há uma diferença conceitual entre as penas e medidas alternativas, apesar desses termos estarem sendo utilizados de forma indistinta na doutrina geral. Não obstante, ambos se caracterizam por possuírem a mesma finalidade, qual seja, evitar a prisão.

As medidas alternativas, também chamadas de substitutivos penais, não são consideradas penas, uma vez que podem ser aplicadas independentemente da existência de uma sentença transitada em julgado, como é o caso da suspensão condicional do processo, da transação penal e até mesmo do *sursis* (pois aqui a execução da pena é suspensa).

As penas alternativas, por sua vez, são aplicadas como consequência de uma sentença criminal transitada em julgado, onde foram observados todos os princípios constitucionais (devido processo legal, ampla defesa, contraditório, etc).

A substancial diferença entre penas e medidas alternativas, conforme Damásio Evangelista de Jesus, reside no fato de que:

“aquelas são sanções de natureza criminal diversas da prisão, como a multa, a prestação de serviço à comunidade e as interdições temporárias de direitos (são penas distintas). Estas, por sua vez, são instrumentos que visam impedir que ao autor de uma infração penal venha a ser aplicada ou executada uma pena privativa de liberdade. Ambas, entretanto, pertencem ao gênero alternativas penais”.⁶

Importante ainda lembrar que as penas previstas pela Lei 9.714/98 não têm a mesma função substitutiva em outras leis como, por exemplo, na Lei 9.503/98, onde a pena de suspensão de dirigir veículo é de caráter principal, devendo ser aplicada de modo cumulativo

⁶ GOMES, Luiz Flávio. **Penas e Medidas Alternativas à Prisão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 23.

com a privativa de liberdade e não em substituição a esta. Assim, podemos seguramente dizer que nem toda pena alternativa é substitutiva da privativa de liberdade.

2. DO SURGIMENTO DAS PENAS ALTERNATIVAS

2.1 – Origens dos caminhos alternativos no Direito Comparado

Por volta do século XIX o mundo se dividia em dois institutos jurídicos com o fim de evitar-se a contaminação carcerária daqueles infratores primários, ou que cometessem pequenas infrações.

No direito romano surgiram os primeiros traços da pena alternativa com a faculdade que tinha o pretor de substituir, nos crimes de incêndio provocados por negligência, à pena de fustigação pela *Severa Interlocutio*, como prescrevia Paulus, Digesto. Dessa surgiu a simples Admoestação Judicial, preconizada por Justianus.⁷

No Direito Canônico foi acolhida a admoestação judicial, com nova denominação: *Monitio Canônico*, por meio da qual os juízes eclesiásticos tinham autoridade para determinar a suspensão das penas impostas aos condenados que novamente comparecessem à sua presença, implorando-lhes perdão, sob a condição de que não mais praticariam os mesmos atos, do contrário, as penas suspensas seriam executadas. Essa prática não tinha respaldo legal, mas era justificada em razão dos juízes possuírem a qualidade de legados do Papa, assim, suas decisões tinham força de lei.

⁷ COSTA, Tailson Pires. Op. cit, p.70.

No Estado de Massachusetts, por volta do século XIX, surgiu o instituto jurídico da suspensão condicional da pena, em uma legislação de correção de menores, por meio do *Reformation and Industrial School*. Nessas instituições os menores delinquentes primários eram recolhidos, e a critério do juiz, podiam gozar de liberdade vigiada por um conselho de administração. Por ter alcançado um excelente resultado, tal sistema estendeu-se aos delinquentes primários adultos através da *Probations Office for Adults*, e tinha como finalidade constatar, mediante rigorosa fiscalização em giro da vida pregressa do delinquente e de sua capacidade de emenda independentemente de reclusão, a possibilidade de subtraí-lo a expiação. Em razão de essa inovação ter logrado êxito amplamente reconhecido, sua aplicação tornou-se obrigatória pelos magistrados em todo o território de Massachusetts, por força de Lei, em 18 de maio de 1891.

A Inglaterra, em 1847, já possuía o Instituto *Juvenile Offenders Act*, semelhante ao *Reformation and Industrial School*, que era aplicado a todos os menores infratores e pelo qual era facultado ao juiz omitir a sentença de condenação para apenas declarar a culpabilidade, punindo-os com simples admoestação ou substituindo a pena corporal por pena pecuniária. Com a criação do *Summary Jurisdiction*, em 1879, consagrou-se o instituto da suspensão condicional da pena, permitindo ao juiz omitir a decretação da culpabilidade. Porém, o infrator ficaria obrigado a pagar às custas processuais ao juiz, que proferiria a sentença de condenação, mas eximiria o delinquente primário do cumprimento da pena de prisão se a sua personalidade oferecesse elementos que, por sua natureza, constituíssem uma garantia de ausência de repetição do ato criminoso, sob a condição de manter uma conduta perfeita, efetuando pontualmente o pagamento daquelas despesas e o ressarcimento econômico dos danos que resultaram da infração penal.

Em 1886, com o *Probation of First Offender Act*, foi estendida a concessão do benefício legal a outros delitos, cuja pena máxima não ultrapassasse dois anos de prisão, desde que fosse prestada uma caução e mantida a boa conduta durante o período de prova fixado pelo tribunal.

Em Portugal, o instituto da suspensão condicional da pena, surgiu através de Lei em 06 de junho de 1893, cujo projeto foi apresentado pelo então Ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos Dom Antonio d'Ângelo Castelo Branco. Este projeto de liberdade e condenação

condicionais tinha a intenção de ao mesmo tempo em que prevenia a reincidência, subtrair o delinqüente primário da vergonha moral dos cárceres, esperando deste, a imediata regeneração.⁸

Sob forte influência do instituto da suspensão condicional da pena na Bélgica, em 1888, surgiram inúmeros projetos, até que em 30 de abril de 1986, o Ministro da Justiça de Hamburgo comunicava que o governo passaria a aplicar o instituto da suspensão da pena aos autores de crimes leves e de contravenções penais.

Enquanto isso, na França, havia calorosas discussões nas academias e nos congressos sobre os perigos e os danos causados pelas penas carcerárias de curta duração. O então Senador Bérenger apresentou ao Senado um projeto de agravação progressista da pena em caso de reincidência e de sua atenuação em caso de delinqüência primária, em 23 de março de 1884, que passou a ser discutido em 12 de maio de 1885.

Por volta de 1886, um grupo de senadores apresentou novos projetos em substituição ao que começara a ser discutido, pleiteando que fosse dado ao juiz o arbítrio de determinar a suspensão condicional das penas privativas de liberdade. Coube, então, ao Senador Bérenger relatar todos aqueles projetos, sendo este relatório aprovado em 06 de maio de 1889, pelo Senado, que remeteu o projeto à Câmara, oportunidade em que foram introduzidas algumas modificações. Após estas, foi devolvido ao Senado, sendo convertido em Lei em 26 de março de 1891.

A Lei trouxe foi mui producente na repressão aos delitos impedindo a sua repetição, tanto é que está em vigor até hoje, e é denominada Lei Bérenger.

2.2 – Origem dos novos caminhos alternativos na legislação penal brasileira

Em relação à legislação brasileira, até o início do século XX, a adoção do instituto jurídico da suspensão condicional da pena não foi objeto de cogitação parlamentar, nem mesmo de discussão acadêmica.

⁸ COSTA, Tailson Pires. Op. cit, p. 73.

Foi apenas em 18 de junho de 1906, que o então Deputado Federal Esmeraldino Bandeira teve a iniciativa de cogitar este instituto, entre os brasileiros, mediante um projeto de lei que foi apresentado à Câmara dos Deputados, regulando a suspensão condicional da pena, porém, grande descaso parlamentar sonegou por longos anos até esta ser adotada em nossa legislação.

Somente depois de 18 anos, o legislador brasileiro sentiu necessidade de introduzir em nossa legislação penal o instituto jurídico de suspensão condicional da pena, sendo que o primeiro projeto apresentado pelo referido deputado era uma cópia do original francês, uma tradução da conhecida Lei Bérenger, razão pela qual não se podia justificar longos debates para a elaboração legislativa.

Posteriormente, em meados de 1913, Galdino Siqueira em seu projeto do Código Penal Brasileiro, mais precisamente no artigo 39, previu a adoção do instituto da suspensão condicional da pena dispondo que:

“[...] é facultado ao Juiz ordenar, na sentença condenatória, que a execução desta fique suspensa no tempo que fixar e que não poderá ser inferior a dois anos, nem superior a cinco anos, contados da data em que a mesma sentença se torna definitiva, quando se trata de pena de prisão em até um ano, e o réu não tenha incorrido em mais de uma pena privativa de liberdade pessoal, nem tenha gozado já o benefício da suspensão condicional da pena, nem seja reincidente”.⁹

Passados dezesseis anos do citado projeto Esmeraldino Bandeira, o Congresso Nacional providenciou elaboração e votação da lei autorizando amplamente o Poder Executivo a promover a reforma do sistema penitenciário, a fim de tornar efetivo o livramento condicional e criar a suspensão condicional da pena, sendo esta sancionada pelo Presidente da República Epitácio Pessoa, convertendo-se no Decreto nº. 4577, de 05 de setembro de 1922.

Já na Presidência de Arthur Bernardes, o Ministro da Justiça João Luiz Alves, aproveitando-se da vigência do referido Decreto, propôs ao Governo Federal a suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade pelos seguintes motivos:

“1 – não utilizar desde logo, pelo cumprimento da pena, o delinqüente primário não corrompido e não perverso;
2 – Evitar-lhe com o contágio na prisão as funestas e conhecidas conseqüências desse grave mal, maior entre nós do que em outros países, pelo nosso defeituoso

9 Projeto do Código Penal Brasileiro

¹⁰ COSTA, Tailson Pires. Op. cit, p. 89.

sistema penitenciário, se tal nome pode ser dado a um regime sem método, sem unidade, sem orientação e sem estabelecimentos adequados;

3 – Diminuir o número de reincidências, pelo receio de que se torne efetiva a primeira condenação; e

4 – Existe também o aspecto econômico nas nossas prisões, onde os presos são alimentados, tratados e vestidos, às custas dos cofres públicos”.¹⁰

Além das vantagens citadas, já havia passado o tempo para o Brasil acompanhar os povos civilizados, uma vez que inúmeros países haviam adotado o instituto jurídico da suspensão condicional da pena.

2.3 – Origem da Pena Alternativa na legislação penal brasileira

No projeto Alcântara Machado, que deu origem ao Decreto-Lei nº. 2848/40 (atual Código Penal), três eram as penas restritivas de direitos, previstas no artigo 43, classificadas como penas alternativas, que tinham como fim proporcionar ao condenado uma recuperação longe do sistema carcerário.

Com a Lei nº 9.714/98 – Nova Lei das Penas Alternativas – ampliaram-se as penas alternativas, permanecendo as três já existentes, e foram incluídas outras duas.¹¹

Além dessas inclusões, algumas alterações ocorreram na Seção II, do Capítulo I, do Título V do Código Penal Brasileiro, ampliando a possibilidade de concessão da pena alternativa.

1

¹¹ Art. 43: “ As penas restritivas de direito são: I – Prestação pecuniária; II – perda de bens e valores; III – (vetado), IV – prestação de serviço a comunidade; V – interdição temporária de direitos; VI – limitação de fim de semana”. – Código Penal.

O Código Penal, em seu artigo 44¹², refere-se às penas restritivas de direito como autônomas e seus incisos e parágrafos estabelecem quando estas podem substituir as penas privativas de liberdade, por meio de pressupostos subjetivos e objetivos, diferentes, portanto da previsão desta última, que surge sempre como preceito secundário da norma incriminadora. Quanto à sua autonomia, está vetada a possibilidade da pena restritiva de direitos ser aplicada cumulativamente à pena privativa de liberdade.

Quanto à substituição, em primeiro lugar, o juiz deve obedecer aos critérios de fixação da pena privativa de liberdade e, ainda na mesma sentença, substituí-la por pena restritiva de direitos, quando possível. O período de duração desta deve ser igual ao daquela e será fixado na sentença, exceto nos casos de pena de prestação pecuniária e perda de bens e valores.

A possibilidade de substituir a pena privativa de liberdade pela pena alternativa teve seu tempo ampliado pelo legislador para 4 anos, abarcando assim, a grande maioria dos delitos previstos no Código Penal, ressaltando-se que estes delitos não devem ser cometidos com violência ou grave ameaça à vítima, ou ainda, qualquer que seja a pena aplicada quando o delito for praticado de forma culposa, ficando claro, que a primeira parte do inciso I, do artigo 44¹³ do Código Penal trata de crimes dolosos.

¹² Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade. Quando:

I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; II - o réu não for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente;

§ 1º. (Vetado)

§ 2º. Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

§ 3º. Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face da condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

§ 4º. A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

§ 5º. Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.

¹³ Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

No inciso II¹⁴ do mesmo artigo, surge uma proibição no caso de reincidência: o condenado, para ser beneficiado com a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, não pode ser reincidente em crime doloso.

O inciso III¹⁵, por sua vez, é o dispositivo legal diretamente ligado à concessão da pena alternativa para o condenado, que se refere a um pressuposto subjetivo, uma vez que trata da conduta do agente, que deve demonstrar não ter tendências a delinquir, não ser violento, não ter praticado conduta com alto grau de reprovação pela sociedade, e também, mereça uma oportunidade de provar sua recuperação, longe do sistema carcerário e próximo ao convívio familiar e social.

Dentro do limite máximo de 04 anos de pena privativa de liberdade, o legislador fez uma divisão na concessão e execução da pena alternativa, no § 2º, de acordo com o qual, até 01 ano, a substituição pode ser feita por pena de multa ou por pena restritiva de direitos e se superior a 01 (um) ano, esta pode ser substituída por uma restritiva de direitos e multa ou por duas penas restritivas de direitos.

Já no § 3º do mesmo artigo, há uma contradição do legislador penal ao possibilitar a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa, sendo que o reincidente em crime doloso, seja genérico ou específico, não pode obter regime aberto, nem *sursis*.

É importante observar que nos casos de concurso de crime, seja ele material ou formal, ou ainda no crime continuado, para que se possa permitir a substituição da pena privativa de liberdade pela pena alternativa, deve ser respeitada a somatória ou cumulação das penas aplicadas ao crime.

Para que haja seriedade na aplicação da pena alternativa, o legislador resguardou o direito de converter a pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade, caso as condições impostas ao beneficiado não sejam cumpridas por ele.

¹⁴ Art. 44. [...]

II – o réu não for reincidente em crime doloso;

¹⁵ Art. 44 [...]

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

Ocorrendo esta conversão, deverá ser descontado o tempo em que o beneficiado cumpriu a pena restritiva de direitos, como ocorre na detração penal. Porém, esta fica prejudicada parcialmente, caso o tempo restante seja inferior a 30 dias, pois este é o mínimo que o condenado deve cumprir de reclusão ou detenção.

As penas alternativas, Lei nº 9.714/98, estão inseridas no Código Penal Brasileiro, nos artigos 43 a 48. No próximo capítulo discorreremos sobre cada uma delas.

3. PENAS ALTERNATIVAS

3.1 - Conceito

Damásio Evangelista de Jesus, em sua obra – Penas Alternativas¹⁶descreve o seguinte:

“Regras de Tóquio: alternativas penais constituem ‘sanções e medidas’ que não envolvem a perda da liberdade’ (Regras de Tóquio – Comentários as Regras Mínimas das Nações Unidas sobre as Medidas Não-privativas de Liberdade, Introdução). Em todo o texto das Regras de Tóquio a expressão medida não-privativa de liberdade’ refere-se a qualquer providência determinada por decisão proferida por autoridade competente, em qualquer fase da administração da Justiça Penal, pela qual uma pessoa suspeita ou acusada de um delito, ou condenada por

¹⁶ JESUS, Damásio Evangelista de. Op. cit, p. 28.

um crime, submete-se a certas condições ou obrigações que não incluem a prisão. A expressão faz referência especial às sanções impostas por um delito, em virtude das quais o delinqüente deva permanecer na comunidade e obedecer a determinadas condições. (Regras de Tóquio, Introdução)”.

As alternativas penais são os meios que o legislador usa visando impedir que ao autor de uma infração penal seja aplicada medida ou pena privativa de liberdade. Como exemplo, podemos citar: fiança, sursis, a suspensão condicional do processo, perdão judicial, penas alternativas e etc. Esses (exemplos) também são denominados “medidas não-privativas de liberdade”. É possível atuar antes do julgamento, a fiança, a liberdade provisória e a suspensão condicional do processo. Podem ser impostas na sentença condenatória, v.g., sursis, e também podem atuar na fase da execução da pena, p.e., o indulto. Outro exemplo é o citado no artigo 180 da LEP:

“A pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser convertida em restritiva de direitos, desde que:
I – o condenado a esteja cumprindo em regime aberto;
II – tenha sido cumprido pelo menos um quarto da pena;
III – os antecedentes e a personalidade do condenado indiquem ser a conversão recomendável”.

Para que haja a conversão que prevê este artigo é obrigatória a oitiva do Ministério Público. Em caso de conversão desfavorável ao condenado, deve-se possibilitar a ampla defesa, com a oitiva do defensor e a possibilidade de apresentação de provas, em obediência ao princípio do devido processo legal aplicável na execução penal.¹⁷

Ivete Senise Ferreira, em sua obra observa que:

“[...] essas iniciativas aplicam-se sobretudo às infrações penais sujeitas a penas de curta duração, ao mesmo tempo que se propugna por uma aplicação de pena privativa de liberdade limitada apenas aos delitos mais graves, destinada a retirar do convívio social somente aos indivíduos mais perigosos”.¹⁸

Penas alternativas são sanções de natureza criminal diversa da prisão, como a multa, a prestação de serviço à comunidade e as interdições temporárias de direitos, pertencendo ao gênero das alternativas penais. Para Julita Lemgruber, “ são formas de punição diferentes do encarceramento”¹⁹. Importante observar que são formas alternativas de pena e não apenas a

¹⁷ MIRABETE, Julio Fabrini. **Execução Penal**, Ed. Atlas: 2002, 10 ed. P. 712.

¹⁸ **Penas alternativas e substitutos penais**. Papers: São Paulo, Centro e Estudos Konrad Adenauer, 1996, 28:43.

¹⁹ <<http://www.julita.lemgruber.com.br>>, Acesso em 09 maio. 2006.

pena privativa de liberdade²⁰. Assim, o indulto é uma alternativa a pena detentiva; a multa, ao contrário, é uma pena alternativa da pena privativa de liberdade. Também podem ser alternativas as penas privativas de liberdade, como a limitação de fim de semana. De modo que as penas alternativas, nada mais são do que “alternativa a pena de prisão em regime fechado”.²

1

As medidas alternativas podem ser classificadas em:

- 1 – restritivas de liberdade, como a limitação de fim de semana;
- 2 – restritivas de direitos, como as interdições provisórias de direitos;
- 3 – pecuniárias, como a multa e a prestação pecuniária;
- 4 – de tratamento, como a “submissão a tratamento”, prevista no Projeto de Lei n. 2.684/96, de que se originou a Lei n. 9.714/98, que ampliou o rol de penas alternativas substitutos penais²⁰. A lei 9.714/98 vetou o dispositivo que previa a submissão a tratamento como pena alternativa.

3.2 – Objetivos das penas alternativas

O primeiro e essencial objetivo que se pretende alcançar com as penas alternativas a prisão, é a redução da incidência da pena detentiva. A prisão deve ser vista como a última medida do Direito Penal.

A pena restritiva de direitos tem por objetivo provocar um abalo na posição que esta pessoa desfruta da sociedade, ou seja, visa alterar seu *status* perante o meio em que ela vive, sem, entretanto, removê-la, isolá-la daquela coletividade, pois apesar de a pena restritiva de direitos atingir o prestígio que a pessoa em questão detém, ela visa, implicitamente, proteger a dignidade da pessoa humana, princípio fundamental insculpido na Constituição Federal, que observa a necessidade de proporcionar a estas condições para uma vida digna, com destaque

²⁰ Jose Cid Moline e Elena Larrauri Pijoan. **Penas alternativas a la prisión**. Barcelona: Bosch, 1994, p. 21 e nota n. 18.

²¹ **Penas alternativas: perspectivas para o sistema prisional brasileiro**. Revista do *ILANUD*, São Paulo, 1997, 2:29, nota 10.

20. FERREIRA, Ivete Senise. **Penas Alternativas e substitutos penais**. Papers: São Paulo, Centro de estudos Konrad Adnauer, 1996, 28:43-7.

para o aspecto econômico. Destarte, a pena alternativa impõe uma sanção ao indivíduo, sem, no entanto, removê-lo de sua vida, de seu trabalho e de seus hábitos particulares.

As penas restritivas de direitos foram criadas com a intenção de proteger a dignidade daquele que pouco ou nenhum perigo oferece à sociedade. Logo, não pode o julgador substituir a pena privativa de liberdade sem nenhum critério, e por isso, o Código Penal apresenta requisitos legais a serem observados antes de aplicar a "pena alternativa".

3.3 - Aplicação das penas alternativas

Conforme reza o artigo 44 do Código Penal, as penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando:

I – aplicada a pena privativa de liberdade não superior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

Conforme afirmado no inciso acima, sendo o indivíduo condenado por um crime culposos, pode ser a ele aplicada a pena restritiva de direitos, independentemente do tamanho da pena imposta. No entanto, sendo doloso o crime, a pena restritiva de direitos só pode substituir a privativa de liberdade quando não foi cometida violência ou grave ameaça à pessoa e também quando a pena não for superior a quatro anos.

Todavia, para esta regra, existe uma exceção: o art. 54²¹ do Código Penal ensina que as penas restritivas de direitos são aplicadas em substituição às penas privativas de liberdade, fixada em quantidade inferior a um ano, ou nos crimes culposos.

O artigo 180 da Lei de execuções penais afirma que a pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser convertida em restritiva de direitos, desde que: (I) o condenado a esteja cumprindo em regime aberto; (II) tenha sido cumprido pelo menos um quarto da pena; (III) os antecedentes e a personalidade do condenado indiquem ser a conversão recomendável. Todavia, com o advento da lei 9714/98, é evidente que tal prazo, de

21 Art. 54. As penas restritivas de direitos são aplicáveis, independentemente de cominação na parte especial, em substituição à pena privativa de liberdade, fixada em quantidade inferior a um ano, ou nos crimes culposos.

dois anos, foi ampliado de maneira tácita para quatro anos, respeitando assim a vontade do legislador e modernas teorias de política criminal.

Assim, respeitando o estatuído pela lei 9714/98, o condenado, que, no exercício da pena, lhe resta cumprir um *quantum* igual ou inferior a quatro anos, respeitadas as circunstâncias estabelecidas no artigo 180 da Lei 7.210/84, terá direito em converter a pena privativa de liberdade ainda a ser cumprida em pena restritiva de direitos.

Vale ressaltar que, no caso exposto no parágrafo anterior, a reincidência, uma das circunstâncias transcritas no artigo 44 do Código Penal, não é relevante, pois, o mais importante, nesta situação, não é a qualificação subjetiva do condenado, e sim o seu nível de recuperação social. Note o inciso II do citado artigo: "O réu não for reincidente em crime doloso".

A reincidência, neste caso deve ser específica, ou seja, a pessoa deve praticar um delito tipificado igual a um já efetuado anteriormente. Neste caso, uma pessoa já condenada por uma sentença irrecorrível pela prática de um crime doloso pode ser contemplada por uma substituição de pena caso o novo crime seja culposos, ou vice-versa, desde que pelo menos um deles não tenha sido praticado com dolo. Melhor explicando, o condenado por uma lesão corporal culposa, que já tinha sido condenado anteriormente pelo mesmo crime, no entanto, sendo culposa naquela vez, não pode ser beneficiado pela pena restritiva de direitos, uma vez que praticou um novo crime que possui as mesmas elementares do primeiro.

Porém, mesmo se fosse reincidente em crime doloso, desde que tenha sido outra natureza, diversa do primeiro, poderia ainda o juiz, conforme determina o § 3º do artigo 44 do Código Penal²², caso a medida seja socialmente recomendável, e a reincidência, como já foi dito, não se tenha operado em virtude de prática do mesmo crime, aplicar uma alternativa penal.

O inciso III, ainda do artigo 44, trata dos requisitos subjetivos para aplicação da pena alternativa:

22 Art. 44 [...]

§ 3º Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja eficiente.

Isto significa que, para que seja aplicada uma pena restritiva de direitos, o juiz deve observar todas estas circunstâncias a fim de certificar-se que esta é suficiente, tanto para reprovar, quanto para prevenir o crime. Cada um destes indicadores será alvo de consideração no artigo 59 do Código Penal²³.

Tais circunstâncias elencadas nos incisos I, II, e III do artigo 44, CP, vale observar, devem ser encontradas simultaneamente, para que substitua a pena privativa de liberdade por uma alternativa penal. A ausência de qualquer um destes requisitos, por mais idôneos que sejam os outros encontrados, importa na impossibilidade de o julgador aplicar uma pena substitutiva.

3.4 - Vantagens da aplicação das penas alternativas

De acordo com Damásio Evangelista de Jesus²⁴, podemos enumerar 6 pontos positivos para aplicação das penas alternativas:

- 1 - Diminuem o custo do sistema repressivo;
- 2- Permitem ao juiz adequar a reprimenda penal à gravidade objetiva do fato e as condições pessoais do condenado. Como disse o Ministro RENAN CALHEIROS, elas têm capacidade de “retribuir a culpa, reparar o dano e satisfazer os fins preventivos da pena”.²⁵;
- 3- Evitam o encarceramento do condenado nas infrações penais de menor potencial ofensivo;
- 4 - Afastam o condenado do convívio com outros delinquentes;
- 5 - Reduzem a reincidência;
- 6 - O condenado não precisa deixar sua família ou comunidade, abandonar suas responsabilidades ou perder seu emprego.

23 Art. 59. O juiz atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, à circunstâncias e as consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I – as penas aplicáveis dentre as cominadas; II – a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; III – o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; IV – a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

24 JESUS, Damásio Evangelista de. Op cit., p. 30.

25. Um novo modelo penal, Internet, Site do Ministério da Justiça, www.mj.gov.br, 31-21-1998);

3.5 - Desvantagens das penas alternativas

Damásio Evangelista de Jesus, na mesma obra, enumera as desvantagens da aplicação das penas alternativas:

- 1 - Não reduzem o número dos encarcerados;
- 2 - Não apresentam o conteúdo intimidativo, mais parecendo meios de controle pessoal ou medidas disciplinadora do condenado.²⁶
- 3 - Em face ao aumento do rol de penas alternativas nos códigos penais, o legislador é induzido a criar novas normas incriminadoras, aumentando o número de pessoas sob controle penal e ampliando a rede punitiva, a chamada Red Widening (ANTHONY BOTTOMS, Limiting prison use: experience in England na Wales, The Howard Journal of Criminal Justice, Londres, 1987, 26/3: 177; JOSE CID MOLINE E ELENA LARRAURI PIJOAN, Penas alternativas a la prisión, Barcelona, Bosch, 1994, p. 20). Isso, é o que se denomina “armadilhas das penas alternativas”. Essa desvantagem é comentada nas Regras de Tóquio: “Apesar das vantagens evidentes que oferecem as medidas não privativas de liberdade, as reformas destinadas a promover sua utilização contêm perigos potenciais e podem levar a consequências inesperadas. Por exemplo, existe a possibilidade de que aumente a utilização de medidas não privativas de liberdade, não substituindo as penas de prisão, mas substituindo outras penas menos onerosas. Isso pode resultar em aumento da utilização de medidas penais na sociedade, aumento esse que não possa ser justificado pela referência a um aumento da criminalidade. Ao mesmo tempo, poderia não haver qualquer redução da aplicação de penas de prisão, o que se denomina efeito de amplificação em rede. Outro risco possível é a implantação de novas medidas não privativas de liberdade que imponham forma de controle mais intensas. No lugar de substituir a pena de prisão, podem substituir penas não privativas de liberdade que pressupõem menor controle. Assim, existe possibilidade de se implantar um controle de maior intromissão do que justificam as circunstâncias “(comentário a Regra n. 15). Realmente, um dos perigos das penas alternativas é a criação de novos tipos penais, pensando o legislador: “não há problema em criar um novo tipo incriminador para esse fato, pois caberá pena alternativa”. Outro risco está em o legislador partidário da corrente Lei e Ordem agravar a pena mínima dos delitos para afastar a possibilidade de aplicação das penas alternativas.

26. MOLINE, Jose Cid e Elena Larrauri Pijoan, Penas Alternativas a la prision, Barcelona, Bosch, 1994, p. 18 e 19.

4 - CLASSIFICAÇÃO DAS PENAS ALTERNATIVAS

O artigo 43 do Código Penal enumera em seus incisos, as penas restritivas de direitos, que são:

- I) prestação pecuniária;
- II) perda de bens e valores;
- III) (vetado)

- IV) prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;
- V) interdição temporária de direitos;
- VI) limitação de fim de semana.

Esta relação de substitutivos penais deve ser interpretada de maneira exaustiva, isso quer dizer que, inexistente qualquer pena restritiva de direitos senão aquelas dispostas nos incisos do artigo 43 do Código Penal. Qualquer decisão que condene o réu à pena alternativa diversa àquelas dispostas no artigo anteriormente referido estará eivada de nulidade.

4.1 – Da prestação pecuniária

Segundo o artigo 45, § 1º do Código Penal²⁷, consiste a prestação pecuniária no pagamento em dinheiro (cujo *quantum* será não inferior a um, nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos) à vítima, a seus dependentes, ou à entidade pública ou privada, com destinação social. Via de regra, a prestação pecuniária reverterá à vítima, se ela não puder ser beneficiada, seus dependentes. Não havendo vítimas nem dependentes, ou havendo aceitação de um deles, aí sim a prestação pecuniária reverter-se-á em prol de uma entidade social. Caso a pessoa tenha sido condenada a esta prestação, o valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.

O §2º do artigo 44²⁸ estende o raio de alcance desta pena, uma vez que permite que a prestação pecuniária não precise ser efetuada em dinheiro, podendo ser, devido ao seu caráter social, transformada numa outra prestação que tenha relevância pecuniária (com o pagamento de cestas básicas, por exemplo). Isso pode ocorrer desde que haja a concordância do beneficiário, que, no caso, é aquele que será favorecido pela nova forma de prestação.

27Art. 45. Na aplicação da substituição prevista no artigo anterior, proceder-se-á na forma deste e dos arts. 46, 47 e 48.

§ 1º A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.

28 § 2º No caso do parágrafo anterior, se houver aceitação do beneficiário, a prestação pecuniária pode consistir em prestação de outra natureza.

Vale deixar anotado que, sobre o exemplo acima demonstrado, alguns doutrinadores, como Alberto Silva Franco, são absolutamente contrários. Não cabe ao Poder Judiciário sustentar entidades assistenciais carentes de recursos e sim ao Estado. Para aquele que dispõe de dinheiro, nenhum caráter corretivo terá ele se dirigir a um supermercado e comprar o quanto foi estipulado pelo juiz, abastecendo assim, uma rede de entidades favorecidas.

4.1.1 – Prestação pecuniária não se confunde com pena de multa

Digno de consideração, esclarecer que prestação pecuniária e multa são institutos diferentes. Aquela, o montante adquirido é dirigido em favor de alguma pessoa (a vítima, dependentes, ou entidades públicas ou particulares com destinação social) denominada beneficiário, enquanto nesta - na multa - o montante arrecadado se reverte em favor do Estado.

4.2 - Da perda de bens e valores

Esta pena consiste em o apenado perder a posse de bens ou valores, salvo legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN. Poderão ser bens imóveis ou móveis. A lei não fixa valor mínimo, mas apenas máximo, podendo ser o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime, optando-se pelo valor maior, é o que prescreve o parágrafo 3, do artigo 45.²⁹

A perda de bens e valores é modalidade de *pena*, prevista no artigo 5º, XLVI, *b*, da Constituição Federal. Sendo a pena de perda de bens modalidade de sanção penal, é ela “pessoal, individuada, intransferível, adstrita à pessoa do delinqüente”; “a morte do condenado rompe o vínculo jurídico entre o Estado-condenador e o morto-réu”, e “a família, quanto aos descendentes, ascendentes e colaterais, não fica sob a incidência da pena, exaurida para sempre com a morte do réu”. (J. CRETELLA JÚNIOR, Comentários a Constituição 1988, 3ª ed., Forense Universitária, v. I, p. 497).

²⁹ Art. 45 [...]

§ 3º A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto – o que for maior – o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

Um caso exemplificativo de perda de bens e valores é aquele fornecido pelo Professor Damásio E. de Jesus, apontando o artigo 243 da Constituição Federal, que prevê a expropriação de glebas destinadas a cultivo de drogas. Essas glebas devem ser revertidas no assentamento de colonos, para cultivo de produtos alimentícios, ou destinadas a entidades sociais.

4.3 - Da prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas

Essa pena é aplicada aos condenados com mais de seis meses de privação de liberdade (artigo 46 e seus parágrafos). Consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado, que podem ser realizadas em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos, programas comunitários e etc.

A prestação de serviços à comunidade tem como escopo fazer com que o condenado retribua à sociedade os danos que provocou, retornando a esta sem os estigmas que seriam absorvidos por uma pena privativa de liberdade de curta duração.

As tarefas atribuídas deverão respeitar as aptidões do condenado e serem cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, a fim de não prejudicar a jornada normal de trabalho. São gratuitos os serviços em razão da pena, ter caráter retributivo.

Quis o legislador que a prestação de serviços à comunidade seja aplicada somente para aqueles cuja pena privativa de liberdade seja superior a 6 (seis) meses pelo seguinte motivo: ao ser encaminhado a uma instituição, para cumprir sua pena, o condenado não começa exercendo de pronto as tarefas a ele incumbidas. Ele passa por todo um processo de adaptação, de preparo e de treinamento, para que possa cumprir a função a ele imposta pelo Estado. Logo, pouco frutífera seria a prestação de serviços à comunidade do condenado a dois meses de detenção, por exemplo, uma vez que ele passaria a maior parte da sua pena se submetendo aos treinamentos do que ao exercício de sua tarefa propriamente dita.

A prestação de serviços deverá ter a mesma duração da pena privativa de liberdade, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 46, que dispõe:

“§ 4º. Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art.55), nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada”.

Assim, nos casos em que a pena substituída for superior a um ano, o condenado poderá cumprir a pena de prestação pecuniária em menor tempo, desde que não inferior à metade da pena privativa de liberdade.

Essa medida alternativa é fiscalizada dentro do local onde a pena é cumprida. O apenado deve assinar folha de ponto, sempre informando à hora que começou e a hora que deixou o trabalho. O artigo 150 da LEP indica que a entidade beneficiada com a prestação de serviços encaminhará mensalmente, ao juiz da execução, relatório circunstanciado das atividades do condenado, bem como, a qualquer momento, comunicação sobre ausência ou falta disciplinar.

Ainda, o parágrafo 1º do artigo 181 da Lei de Execuções Penais apresenta circunstâncias que convertem a pena de prestação de serviços à comunidade em uma pena privativa de liberdade, quando o condenado: a) não for encontrado por estar em lugar incerto e não sabido ou desatender à intimação por edital; b) não comparecer, injustificadamente, à entidade ou programa em que deve prestar serviço; c) recusar-se, injustificadamente, a prestar o serviço que lhe for imposto; d) praticar falta grave; e e) sofrer condenação por outro crime à pena privativa de liberdade cuja execução não tenha sido suspensa.

4.4 - Da interdição temporária de direitos

O artigo 47 do Código Penal trata das quatro modalidades de interdição temporária de direitos:

Art. 47. As penas de interdição temporária de direitos são:
I – proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo;

- II – proibição de exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público;
- III – suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo;
- IV – proibição de frequentar determinados lugares.

Nos casos do inciso I e II do artigo transcrito acima, as sanções têm caráter temporário e exigem que o agente tenha praticado delito no exercício de cargo, função ou atividade, violando os deveres que lhes são inerentes, como afirma o art. 56 do Código Penal. Possuem tanto o aspecto punitivo, uma vez que recai sobre seu meio de vida, quanto o aspecto preventivo, pois não permite que o agente tire proveito da sua profissão ou do seu *status* para cometer atividades ilícitas. É forçoso reconhecer, então que nestas circunstâncias, é necessária uma correlação ato ilícito – atividade.

4.4.1- Da primeira interdição:

A primeira interdição abrange o exercício de cargo, função ou atividade pública, cujos conceitos estão indicados no artigo 327 do CP.

O condenado fica impedido de exercer tais funções apenas temporariamente, tão-somente durante o tempo da interdição. Expirado este, o apenado tem de volta sua função pública, pois a pena alternativa não implica na sua perda.

Esta interdição deve ser aplicada aos crimes cometidos no exercício de profissão, atividade, cargo ou função, quando houve violação dos deveres que são inerentes.

4.4.2 – Da segunda interdição

Esta interdição atinge o exercício de profissão, atividade ou ofício que seja dependente de habilitação especial, de licença ou autorização do Poder Público. Como exemplos podemos citar: médicos, dentistas, professores, etc.

Da mesma forma que na primeira interdição, após o tempo da interdição, o condenado poderá voltar ao exercício que lhe fora interdito.

Esta interdição é aplicada aos mesmos crimes e delitos que são aplicadas a primeira interdição.

4.4.3 – Da terceira interdição

A terceira interdição trata da suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo. Pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade que substitui, o condenado a esta interdição tem suspensa sua habilitação para dirigir veículo automotor. É inaplicável, todavia, quanto a veículos de propulsão humana, tração animal ou outros para os quais não é exigida autorização ou habilitação.

Terminado o prazo para esta interdição, o condenado tem de volta o poder de dirigir veículos.

Esta interdição se aplica aos crimes culposos de trânsito. Somente aos crimes culposos, pois, com o advento do novo Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), foram criados tipos penais onde a suspensão da habilitação ocorre conjuntamente com outra pena restritiva de direitos, assim, foi derogado em parte o inciso exposto acima, tendo validade apenas para os delitos culposos.

4.4.4 – Quarta interdição

A quarta interdição refere-se quanto à proibição de frequentar determinados lugares, cabendo ao juiz especificá-los.

A proibição de frequentar determinados locais refere-se a ambientes que têm a ver com a conduta ilícita praticada e em que o indivíduo nele encontrará influência criminógena, sejam eles bares, boates, estádios de futebol etc.

Também dispõe a Lei de Execuções Penais sobre causas em que a interdição temporária de direitos será convertida em pena privativa de liberdade. Determina o parágrafo 3º do artigo 181 da Lei 7.210/84, que tal fenômeno ocorrerá quando o condenado exercer,

injustificadamente, o direito interditado ou se ocorrer qualquer das hipóteses das letras *a* e *e* do § 1º deste artigo. Logo, estando em local incerto e não sabido, desatender a intimação judicial, ou sofrendo condenação por outro crime à pena privativa de liberdade, cuja execução não tenha sido suspensa, automaticamente revoga-se a alternativa penal.

Diferente das demais interdições que são aplicadas a delitos específicos, esta interdição pode ser aplicada a qualquer delito.

4.5 - Da limitação do fim de semana

A limitação de fim de semana, também chamada de prisão de fim de semana, consiste na obrigação que o apenado tem de permanecer os sábados e domingos, por cinco horas diárias, nos albergues ou em outros estabelecimentos adequados e indicados em juízo, na sentença.

Como a lei silencia quanto aos finais de semana que caírem em feriado, deve o apenado comparecer normalmente nos estabelecimentos indicados.

Essa pena deve ser cumprida pelo mesmo tempo que foi fixada a pena privativa de liberdade.

Durante o tempo em que apenado estiver nesses estabelecimentos cumprindo pena, poderão lhe ser ministrados cursos e palestras ou atividades educativas. Tal medida não deixa de ser, no entanto, similar à privação da liberdade, com o diferencial de que o apenado não sofrerá os efeitos negativos de um cárcere, nem perderá o contato com os elementos do mundo exterior, tais como família e trabalho.

Todavia, realizando uma análise perfunctória nesta regra, nota-se que ela possui natureza programática, pois, para que esta pena seja efetiva, é necessário que tanto as casas de albergado (que são poucas) quanto os estabelecimentos adequados sejam dotados de infraestrutura e pessoal especializado a fim de que o indivíduo, que por algum defeito em sua formação, receba necessária e específica reeducação para se reintegrar no meio social. Caso

contrário, tal cominação seria apenas uma ficção jurídica como tantas outras em nosso ordenamento pátrio, tornando a sua aplicação inútil, senão impossível, como demonstra o v. Acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

"A limitação de fim de semana pressupõe a existência de instalações adequadas e equipes devidamente preparadas (arts. 152 e 153 da Lei 7.210/84). Assim, se o Estado não cumpre o disposto na lei (art. 203 § 2º, da lei cit.), inaplicável a medida prevista no art. 48 do CP" (TJSC – AC – Rel. Wladimir D'Ivanenko – RT 644/313)".

Portanto, para que a limitação de fim de semana seja dotada de plena eficácia, deverão ser efetuadas, em primeiro lugar, obras materiais que possibilitem a correta aplicação da norma, como, por exemplo, a aquisição ou desapropriação de prédios para instalação de casas de albergados.

Ademais, a Lei de Execuções Penais também cita circunstâncias pela qual a limitação de fim de semana se converte em pena privativa de liberdade. Diz o parágrafo 2º da referida lei, que a pena de limitação de fim de semana será convertida, quando o condenado não comparecer ao estabelecimento designado para o cumprimento da pena, recusar-se a comparecer ao estabelecimento designado pelo juiz da execução, recusar-se a exercer a atividade determinada pelo juiz ou se ocorrer qualquer das hipóteses das letras *a* (condenado em local incerto e não sabido, ou desatender intimação por edital) *b* (praticar falta grave) e *e* (sofrer condenação por outro crime à pena privativa de liberdade, cuja execução não tenha sido suspensa) do parágrafo primeiro do artigo 181 da lei citada.

4.6 – Da pena de multa - outra forma substitutiva penal

Consiste a multa, neste aspecto, numa substituição que o juiz efetuará, em face de uma pena privativa de liberdade não superior a 01 (um) ano, conforme dispõe o artigo 44 § 2º do Código Penal.

No caso da aplicação da multa obedecem-se os princípios convencionais da multa, sendo ela, fixada entre 10 e 360 dias-multa, sendo que o valor de cada dia multa pode valer entre a trigésima parte e cinco vezes o valor do salário mínimo.

Ao contrário da prestação pecuniária, cujo valor beneficiará a vítima, seus dependentes ou uma entidade pública ou privada com destinação social, e da perda de bens e valores, cujo valor equivalente à vantagem recebida ou ao montante do prejuízo se reverte ao Fundo Penitenciário Nacional, na multa substitutiva o *quantum* arrecadado será destinado, em princípio, ao Fundo Penitenciário Estadual, e não existindo tal fundo, reverter-se-á ao fundo penitenciário nacional (FUNPEN).

Para ser alcançado o *quantum debeatur* a título de multa, deve ser levado em consideração, primeiramente, as circunstâncias do art. 59, a circunstância agravante e atenuante, as causas de diminuição e aumento de pena, na parte especial e, enfim, a situação econômica do réu.

5 - DA CONVERSÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS EM PRIVATIVAS DE LIBERDADE

Da mesma forma que as penas privativas de liberdade podem ser convertidas em restritivas de direitos, se atendidos os critérios subjetivos e objetivos para isso, as penas restritivas de direitos quando violados, também podem ser convertidas em privativas de liberdade.

Isto se ocorre de acordo com o artigo 44, § 4º do Código Penal que prescreve:

“A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer descumprimento injustificado da restrição impostas. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido na pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão”.

Assim verifica-se que em caso de descumprimento sem justificativa, de qualquer das penas alternativas impostas, haverá a conversão dessa em pena privativa de liberdade. A conversão da penas tem a finalidade de garantir a execução das penas alternativas. Tem o caráter e fundamento de coercibilidade.³⁰

5.1 – Hipótese de descumprimento injustificado da pena alternativa

Prescreve o § 4º do artigo 44 do Código Penal, a hipótese obrigatória de conversão da pena restritivas de direitos em pena privativa de liberdade:

“§ 4º. A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitando o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão”.

Quando houver o descumprimento injustificado da restrição imposta, o apenado deverá cumprir a pena imposta na sentença, antes da substituição. Mas se houver justa causa para o descumprimento da pena, não pode haver conversão.

Como causas justas podemos citar: enfermidade, invalidez, parto, gravidez, má organização da empresa, acidente pessoal, acidente no serviço e etc.

Há duas formas de descumprimento da obrigação imposta: insatisfatório e malicioso.

30. JESUS, Damásio Evangelista de, Op. cit. p. 105

O insatisfatório ocorre por incapacidade ou inaptidão do condenado. Por isso de extrema importância, que a tarefa escolhida e imposta ao apenado, esteja de acordo com suas condições pessoais.

No caso de malicioso ou voluntário, é quando o apenado por iniciativa própria, de forma intencional e demonstrando rebeldia, falta constantemente ao serviço, e recusa-se a trabalhar, conforme estatuído no Artigo 181, §1, c da LEP.³¹

Quando não houver dúvidas de que o descumprimento foi voluntário e intencional, a conversão é obrigatória.

Em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, o apenado sempre deve ser ouvido antes da conversão.³²

E se houver o descumprimento total da pena de prestação pecuniária, haverá também a conversão total da pena em privativa de liberdade. Se parcial, a conversão deverá ser proporcional.

Na pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão. A limitação ao saldo mínimo de trinta dias de prisão é injusta. Suponha-se que o condenado a três meses de pena alternativa cumprira somente 02 meses e 20 dias. Embora tenha débito de 10 dias, a lei lhe impõe, no caso, trinta, desprezando a detração penal pela dívida real. Pelo descumprimento, a lei determina a execução genérica de trinta dias de reclusão ou detenção,³³ superior a pena mínima cominada a vinte e cinco contravenções previstas no Decreto-Lei n. 6259/44, nos artigos 21-23, 26, 29, 30, 31, 36, 37, 40/44, 46, 47, 49, 59, 60/62, 64, 65, 66 e 68.

Essa imposição prevista na Lei das penas Alternativas, inserta no Código Penal, de conversão a pena privativa de liberdade, respeitados 30 dias de reclusão ou detenção,

31. Art. 181. A pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade nas hipóteses e na forma do artigo 45 e seus incisos do Código Penal.

§ 1º A pena de prestação de serviços à comunidade será convertida quando o condenado:

c) recusar-se, injustificadamente, a prestar o serviço que lhe foi imposto;

32. BENETI, Sidnei Agostinho. Execução Penal, São Paulo, Saraiva, 1996, p. 144.

33. JESUS, Damásio Evangelista. Op. cit. p. 110.

estabelece que deixar de cumprir a pena passou a ser fato mais grave do que muitas infrações penais. Isso acontece, como meio de coagir o apenado a cumprir sua pena.

Podemos usar como exemplo, o citado por Damásio³⁵: imagine que o sujeito venha a ser condenado, pela contravenção de exercício ilegal de profissão (artigo 47 da LCP), a quinze dias de prisão simples, substituídos por 15 dias de interdição de direitos (CP, art. 47, II). Cumpre dez dias e infringe a restrição. Converte-se-ia a pena alternativa em trinta dias de prisão, superior ao mínimo da contravenção? Cezar Roberto Bittencourt E Luiz Regis Prado, no Código Penal Anotado, 2. ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, defendem que a medida é justa, já que este procedimento tem a finalidade de prover o estrito cumprimento da pena imposta.

5.2 – Hipótese de nova condenação

O artigo 44, § 5º do Código Penal adverte quanto à possibilidade da conversão da pena alternativa em privativa de liberdade, em caso de nova condenação:

§ 5º - Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.

A conversão nesta hipótese é facultativa. O juiz da execução penal analisará a conduta social do condenado, e havendo a possibilidade desse cumprir a pena substitutiva anterior, aquele poderá deixar de converter em privativa de liberdade.

5.3 – Da impossibilidade de conversão das penas de multa em reclusivas

A pena de multa não admite conversão em privativa de liberdade. Os artigos 51 do CP e 182 da LEP, que admitiam a conversão da multa em detenção, foram revogados pela Lei nº. 9.268, de 1º de abril de 1996.

Em caso de não-pagamento, deverá incidir o artigo 51 do CP, com redação da Lei 9268/96: o valor da pena de multa deve ser inscrito como dívida ativa em favor da Fazenda Pública. A execução passa a apresentar caráter extrapenal, a ser promovida pela Fazenda Pública. A multa permanece com sua natureza penal, subsistindo os efeitos penais da sentença

condenatória que a impôs. A execução é que se procede em termos extrapenais. Em face disso, a obrigação de seu pagamento não se transmite aos herdeiros.

6 – DOS DIREITOS HUMANOS DO PRESO

Os direitos fundamentais do homem são todos os direitos do homem, positivados em determinado ordenamento jurídico. Advindos do princípio da Soberania Popular.

O Artigo 5º da Constituição Federal da República explica que:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.(g.n)

Tal dispositivo explicita que todas as pessoas são iguais, portanto devem ser tratadas com igualdade.

O artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos prescreve que “ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis desumanos ou degradantes”.

A interpretação desse artigo significa que é vedado expor os presos a penas cruéis e desumanas, ou seja, usar de violência física e moral, bem como desrespeitá-los como pessoas, tratando-os como seres irracionais.

A Constituição Federal da Republica de 1988, ao proclamar a integridade física e moral dos presos, em que pese à natureza das relações jurídicas estabelecidas entre a Administração Penitenciária e o os sentenciados a penas privativas de liberdade, consagra a conservação por parte dos presos de todos os direitos fundamentais reconhecidos a pessoa livre, com exceção daqueles incompatíveis com a condição peculiar de preso. Como exemplo a essas condições podemos citar a liberdade de locomoção (artigo 5, XV da CF), livre exercício de qualquer profissão (art. 5, XIII, da CF), inviolabilidade domiciliar em relação a cela (art. 5, XI da CF), exercício dos direitos políticos (artigo 15,III da CF). No entanto, ao preso continua sendo assegurados, os demais direitos e garantias fundamentais, como a integridade física e moral (CF, art. 5, III, V, X e LXIV), a liberdade religiosa (CF, art. 5, VI), o direito de propriedade (CF, art. 5, XXII),e em especial ao direito à vida e à dignidade humana, pois, como muito bem lembrado pelo Ministro Cernicchiaro:

“o conceito e o processo de execução, de modo algum, podem arranhar a dignidade do homem, garantida contra qualquer ofensa física ou moral. Lei que contrariasse esse estado, indiscutivelmente seria inconstitucional”.³⁴

6.1 – Da violação do princípio da dignidade humana pelas penas reclusivas

Disciplina o artigo 1º, inciso III da Constituição Federal como supremo valor da República a dignidade inerente a todo e qualquer ser humano, vez que primordial à consecução de um Estado igualitário.

Preconiza o artigo 38 do Código Penal que o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, devendo as autoridades respeitar sua integridade física e moral.

A Lei nº 7.210/84 em seu artigo 3º assegura todos os direitos do preso e do internado que não foram atingidos pela sentença ou pela Lei.

Desde 1824, com a Constituição Política do Império do Brasil, já era prevista que as cadeias deveriam ser seguras, limpas e bem arejadas, havendo, inclusive, diferentes estabelecimentos para separação dos sentenciados, conforme suas circunstâncias e a natureza de seus crimes.

Todavia, os presídios, onde os presos deveriam ficar reclusos para após o cumprimento da pena serem reinseridos na sociedade, estão superlotados, há ociosidade, ausência de assistências (material, à saúde, social, educacional, religiosa e jurídica), abusos sexuais, proliferação de doenças contagiosas, torturas, alimentação de má-qualidade, violação ao sigilo da correspondência, sensacionalismo, sem contar que suas celas mais parecem jaulas que abrigam animas em zoológicos. Sem dúvida está sendo desprezado o princípio da dignidade humana e esses problemas prisionais impedem o regresso do encarcerado ao convívio em comunidade.

Outrossim, fala-se tanto em ressocialização, mas a própria sociedade em nada contribui, pois como podem os presos serem reintegrados ao meio social se são rejeitados por

34. CERNICCHIARO, Luiz Vicente, Costa JR., Pulo Jose. **Direito Penal na Constituição**, 3. ed., São Paulo: RT, 1995.p. 144.

esta sociedade, se são confinados à força, privados de autonomia de vontade, de recursos, de bens de natureza pessoal, de relações heterossexuais, da família, da segurança, se são submetidos a um regime de controle quase total, tendo de se adequar às condições de vida que lhes são impostas?

Somente àqueles que já visitaram presídios lhes é permitido responder tal questionamento. Pois uma coisa é acompanhar as rebeliões pela TV e desejar que todos os presos sejam condenados a pena capital, outra é estar lá dentro e sentir o mal-cheiro das celas, conviver com a sujeira, dividir um espaço de 4 X 4 com 12 homens quando na verdade a capacidade é de 6, comer sentindo o odor insuportável do banheiro, ao qual os presos se acostumam, e vendo as baratas correndo pelo chão. As condições a que estão sujeitos os presos são cruéis e desumanas!

Também o artigo 5º, inciso XLVIII da Constituição Federal dispõe quanto ao cumprimento da pena em estabelecimentos distintos: “A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado”.

Tal dispositivo, retro transcrito direciona-se no sentido de colaboração à tentativa de recuperação do condenado, fazendo com que a execução da pena seja, na medida do possível, individualizada, de forma a ressocializá-lo.

A Lei 7.210/84, Execução Penal compatibiliza-se plenamente com o mandamento constitucional, pois determina a classificação dos condenados, segundo seus antecedentes e sua personalidade, para orientar a individualização da execução penal (artigo 5º). Além do mais, fixa-se a necessidade de realização de exame criminológico no condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução (artigo 8º).

A previsão constitucional de direitos dos condenados, bem como de preservação da dignidade humana durante a execução penal, encontra respaldo em vários ordenamentos jurídicos constitucionais, dos quais, pela sintética e completa definição, destaca-se a Constituição da República da Nicarágua, publicada em 09/01/1987:

“art. 39 – Na Nicarágua, o sistema penitenciário é humanitário e tem como objetivo fundamental a transformação do interno para reintegrá-lo a sociedade. Por meio de um sistema progressivo promove a unidade familiar, a saúde, o desenvolvimento educativo, cultural e a ocupação produtiva com remuneração salarial para o interno. As penas têm um caráter reeducativo. As mulheres condenadas cumprirão suas penas em estabelecimentos penais distintos dos homens e se procurará que os guardas sejam do mesmo sexo”.

O apenado tem direito ao convívio familiar, visando sua reintegração harmônica no seio social. Vejamos a jurisprudência”

“STF – Tanto quanto possível, incumbe ao Estado adotar medidas preparatórias ao retorno do condenado ao convívio social. Os valores humanos fulminam os enfoques segregacionistas. A ordem jurídica em vigor consagra o direito do preso de ser transferido para local em que possua raízes, visando a indispensável assistência pelos familiares” (2 T. – HC nº 71.179/PR – rel. Min. Marco Aurélio, Diário da Justiça, Seção I, 3 de jun, 1994, p.13.855).

O Direito Penal Mínimo preconiza que a pena de prisão deveria ser utilizada como último recurso para a punição do condenado. Entretanto, em razão da falta de estrutura do Estado, tão visível aos olhos, a pena de prisão tem servido para retirar o indivíduo infrator do âmbito social e garantir segurança aos demais. Contudo, a pena privativa de liberdade não deve ser apenas um meio de afastar aquele que cometeu um crime do seio da sociedade e mantê-lo à margem do convívio social, em virtude da sua "culpabilidade" e "periculosidade". Deve, acima de tudo, e visando a paz social, ser uma forma de dar condições para que o apenado se recupere e volte à vida em comunidade.

A finalidade da pena, antes de tudo, é a prevenção da prática de novos delitos, de modo a intimidar o delinquente para não mais cometê-los, bem como os demais integrantes da sociedade; e por fim, transformar o preso de criminoso em não-criminoso, ou seja, ressocializá-lo.

O encarceramento do preso pode provocar diversos males e dificuldades para seu retorno a vida social, eis que na penitenciária, ele fica compenetrando na cultura carcerária.

Evandro Lins e Silva alerta que a prisão “não ressocializa nem regenera ninguém, mas, ao contrário, perverte, corrompe, deforma, embrutece, avilta, estigmatiza, é uma fábrica de reincidência, uma universidade às avessas, onde se diploma o profissional do crime”.³⁵ A

35. SILVA, Evandro Lins e. **Grades vergadas de desespero**. Folha de S. Paulo, Caderno Mais! São Paulo, p. 16, 11 mar. 2001.

situação se torna mais grave aos presos condenados a longa temporada na penitenciária. O encarceramento tem aumentado as tendências criminais e anti-sociais.

O isolamento social é um fator irreversível para o homem, que é um animal, por sua própria natureza, social. Della Torre³⁶ aponta as conseqüências trazidas para o homem nestes casos:

"[...]depois que o indivíduo está socializado, integrado à sociedade, se sofrer isolamento durante longo período poderá ocorrer: diminuição das funções mentais (torna-se imbecil ou melancólico) ou mesmo loucura (está sujeito a delírios, alucinações e até desintegração mental). Há inúmeros casos de prisioneiros que enlouqueceram nas prisões ou que quando de lá saíram já não eram os mesmos."

Assim, para que não haja violação ao princípio à dignidade humana, direito fundamental do homem, e também do preso, à *sanctio juris* caberá tão-somente impor certas restrições à liberdade individual, o que já não se mostra pouco. Ao permitir outras formas de apenamento (torturas, p. ex), estar-se-á admitindo o retorno de abomináveis anseios de vingança privadas.

Alice Bianchini, no trecho abaixo citado, revela maneiras de respeitar a dignidade humana e de alcançar a ressocialização tão almejada:

"[...]o princípio da dignidade da pessoa exige que todos os esforços sejam empreendidos no sentido de se evitar os efeitos deletérios da prisionalização, e que não se abandonem, mas, até mesmo se intensifiquem, também, as preocupações no âmbito da reinserção social do condenado, criando, por exemplo, programas de auxílio do egresso, a fim de reduzir a reincidência e, então, proteger, de forma mais eficaz a sociedade se – e quando – forem mais bem qualificados os indivíduos que a integram (e, bem visto, sociedade que inclui necessariamente o ex presidiário)".³⁷

A verdadeira ressocialização só será alcançada quando houver a transformação do sistema para que ao condenado sejam propiciados, educação e trabalho, de modo que possa ter condições de levar uma vida digna quando sair do estabelecimento prisional, e evitar que o cárcere seja mais penoso do que deve ser.

36. DELLA TORRE, M. B. L. **O homem e a sociedade - Uma introdução à Sociologia** 15 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

37. BIANCHINI, Alice. **Pressupostos materiais mínimos da tutela penal**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 116.

A ocupação do preso, dentro do estabelecimento prisional, em coisas lícitas, fará com que a pena prisional entre em consonância com os princípios do direito penitenciário, quais sejam: a proteção dos direitos humanos do preso; o preso como membro da sociedade; a participação ativa do sentenciado na questão da reeducação e na sua reinserção social; a efetiva colaboração da comunidade no tratamento penitenciário; e a formação dos encarcerados de modo que reaprendam o exercício da cidadania e o respeito ao ordenamento legal.

A pena privativa de liberdade, na teoria, tem como objetivo afastar o criminoso da sociedade, mas, sobretudo, de excluí-lo com a finalidade de ressocializá-lo, porém, nota-se que a pena de prisão tem atingido o objetivo exatamente inverso: ao adentrar no presídio, o apenado assume o seu papel social de um ser marginalizado, adquirindo as atitudes de um preso habitual e desenvolvendo cada vez mais a tendência criminosa, ao invés de anulá-la.

É visível indubitavelmente que a pena de prisão é incapaz de trazer o condenado de volta ao convívio social considerado normal, sob o manto da lei e da moral. Por isso, a finalidade ressocializadora de tal pena é utópica. Citando Rupert Cross, Augusto Thompson, conclui:

"A ilusão de que a pena de prisão pode ser reformativa mostra-se altamente perniciosa, pois, enquanto permanecemos gravitando em torno dessa falácia, abstermo-nos de examinar seriamente outras viáveis soluções para o problema penal."³⁸

6.2 – O respeito aos direitos fundamentais do homem nas penas alternativas

As penas alternativas que se destinam àquele que pouco perigo traduz para a sociedade, seja pelos antecedentes, pelo grau de culpabilidade, pela conduta social e personalidade são mais eficazes por não encarcerarem o preso dentro das celas, e principalmente, por não violarem os direitos humanos. Isso não significa que a pena privativa de liberdade é inconstitucional ou viola os direitos humanos. Na verdade, as condições a que ficam submetidos os condenados às penas privativas é que vão de encontro com a dignidade humana.

38 THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 3 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 1991, p. 96.

Dentro das prisões estão todos os tipos de pessoas, alguns criminosos de grande periculosidade e outros que não oferecem perigo à sociedade, e a junção desses, é o que desvirtua o caráter ressocializador da pena privativa, eis que os bons, ou não perigosos tornam-se semelhantes aos perigosos.

E também há de se lembrar que não é impossível encontrar alguma pessoa condenada, que esteja cumprindo pena, e ser na verdade inocente. Quantas vezes nos deparamos com notícias de que alguém depois ficar incontáveis anos recluso, conseguiu provar sua inocência. Alguns, inocentes, acabam revoltando-se com a condenação injusta e então, se tornam criminosos.

O contrário seria se ao cumprir as penas privativas de liberdade, o condenado pudesse manter a cabeça ocupada com estudos, trabalhos, projetos e etc, e não ficasse na ociosidade como hoje acontece, tramando fugas e realizando crimes contra a sociedade dentro das próprias celas.

Com as penas alternativas é possível o caráter educativo e socialmente útil, pois o agente cumpre sua pena em “liberdade”, e ao mesmo tempo está sendo monitorado pelo Estado e pela comunidade, o que facilita sua reintegração social. O fato do agente, ser punido com penas alternativas não significa que ficará com sua conduta impune, ao contrário, cumprirá os desígnios da prevenção especial e geral. Ainda, a execução da pena, quando alternativa, não estigmatizará de forma brutal como a prisão, antes permitirá de forma mais rápida e eficaz sua integração social.

7 - AS PENAS ALTERNATIVAS COMO MEIO DE RESSOCIALIZAÇÃO

As penas alternativas, ao sancionar os criminosos sem isolá-los socialmente, tornam-se mais eficazes do que as privativas de liberdade, isto porque a última determina a perda da liberdade e da igualdade, que derivam da dignidade humana. Por conseguinte, a perda dos direitos fundamentais de liberdade representa a degradação da pessoa humana, assim como a tortura e o tratamento desumano, expressamente proibidos da Constituição Federal.

A aplicação da pena alternativa permite que o condenado exerça ocupação lícita, aprendizado, lazer e ao mesmo tempo, esteja em contato com pessoas estranhas à marginalidade, afeita às condutas e normas de cidadania, o que protege o apenado da contínua e isolada convivência com marginais de todas as espécies, fato que por si só, desvaloriza sua imagem.

Induvidoso que as sanções alternativas, quando empregadas para prevenção e repressão dos crimes de menor potencial ofensivo, têm maior utilidade como meio de recuperação do criminoso, na medida em que conserva o delinqüente no meio social, ao mesmo tempo em que, expiando seu erro, por meio da pena imposta, lhe é concedido o valor de membro útil à comunidade em que está inserido, como agente de transformação social.

As penas alternativas não deixam no condenado o estigma de ex-presidiário, talvez o maior mal que o Estado possa causar a uma pessoa, pela marca indelével que essa qualidade deixa, o que culmina em cerrar oportunidades em todos os setores sociais.

A prestação de serviço à comunidade é um exemplo de evolução do direito penal moderno, porque, ao mesmo tempo em que pune a transgressão cometida, valoriza o condenado, dando-lhe oportunidade de por meio do trabalho, demonstrar suas aptidões profissionais e artísticas, as quais serão, certamente, aproveitadas após o cumprimento da pena, retirando da senda do crime o infrator, e induzindo-o ao exercício consciente da cidadania.

As penas alternativas demonstram que as reclusivas de liberdades faliram como instrumento de ressocialização, não alcançando os objetivos da política criminal.

Além dos benefícios que as penas alternativas propiciam ao apenado, não lhes privando a liberdade, encarcerando-os numa jaula, como se animais fossem, também são altamente benéficas para o Estado, já que a prisão é elevadamente dispendiosa para a sociedade, sendo o custo de um apenado maior do que o de um estudante universitário. Lembrando que o estudante universitário ao terminar seus estudos fará bem à sociedade, enquanto o preso, que transformamos em criminosos perigosos e revoltados, com toda a certeza ao retornarem ao convívio social, não estarão dispostos a fazer boas ações, e sim buscarão a vingança dos que acredita que são responsáveis por seu confinamento.

Em contrapartida, as penas alternativas permitem que o condenado cumpra a sua pena junto à família e ao emprego, eliminando a contaminação carcerária, diminuindo a superpopulação prisional e suprimindo a contradição entre segurança e reeducação.

7.1 - A importância das penas alternativas na ressocialização do apenado.

As penas alternativas, por serem substitutas das privativas de liberdade, quando presentes os requisitos necessários para tal, evitam que o condenado fique exposto às condições do presídio, bem como junto com criminosos de alta periculosidade. Ao ser aplicada a pena alternativa, é possível alcançar a ressocialização tão almejada, evitando-se que o condenado desvirtue-se.

A possibilidade de o condenado cumprir sua pena, sem que essa o obrigue a deixar o vínculo familiar e sem interferir no seu trabalho secular, permite que esse se conscientize da conduta ilícita praticada, evitando que o condenado incorra novamente em condutas reprovadoras.

As penas alternativas, por serem restritivas de direitos, impedem que os condenados sejam lançados no cárcere, onde as condições são sub-humanas, o que culmina na criação de milhares de criminosos e profissionais do crime, resultando em organizações criminosas, e

que ao saírem do confinamento amedrontarão a sociedade, e ainda pior, perseguirão os que crêem que foram responsáveis pela sua estadia no *Hades*.

A importância das penas alternativas está no caráter ressocializador que pode ser alcançado com sua aplicação, eis que os condenados simultaneamente ao cumprimento da pena, estão sendo reintegrados ao meio social, pois não são obrigados a conviverem com marginais, e isso resulta em induzi-los ao exercício da plena cidadania, enquanto que os condenados com penas de prisão são retirados do convívio social e familiar, tão necessários e importantes para sua recuperação, limitando sua convivência com os profissionais do crime, o que culmina no aumento da ociosidade, gerando prejuízos imensuráveis aos recursos humanos e sociais, e ampliando as formas de criminalidade.

CONCLUSÃO

Não é necessário ter um vasto conhecimento para concluir que a realidade da execução penal no Brasil está muito distante do que é desejado por uma sociedade equilibrada. O número de delinquentes aumenta dia-a-dia, em razão de deficiências sociais básicas, enquanto os investimentos para a recuperação do preso diminuem, isso é possível afirmar pelas condições subumanas a que estão submetidos os condenados.

A realidade carcerária no Brasil transmite a idéia de que propiciar medo ao criminoso condenado com pena reclusiva, (medo de novamente sofrer maus tratos recebidos, pela sujeira que tem a sua volta, pelo medo de outros reclusos, pela distância dos familiares e principalmente pela exclusão social, eis que aquele que um dia ficou recluso, após o cumprimento da pena jamais deixará de ser ex-presos, ainda que comprovada sua inocência), o intimidará, e assim, ele não mais voltará a delinquir, temendo retornar ao sistema penitenciário. Quando na verdade o criminoso enquanto está cumprindo pena, deveria descobrir que os valores sociais podem ser alcançados por ele, longe do sistema carcerário.

Está comprovado que lançar os apenados nos presídios, passando de humanos para seres irracionais, pela forma que são tratados, convivendo com sujeira, lixo, preconceito, medo, vergonha e etc, nada tem adiantado para reduzir a criminalidade, antes acabam sendo consumidos pelo ódio, resultando na onda de rebeliões, ataques, violências e etc, comandados por presos de dentro de suas próprias celas.

Também, enquanto os presos não forem tratados como sujeitos de direito, incapazes serão os estabelecimentos penais à reeducação do Homem. Às palavras de Oscar Wilde, “o que mais espanta não são os crimes praticados pelos maus, mas os castigos aplicados pelos chamados bons”. Assegurar, o Estado, integral respeito aos direitos humanos quando da estadia de qualquer pessoa na prisão, tornar-se-á primordial e indispensável a todo programa

realmente comprometido com a igualdade entre os brasileiros, não só formal, mas, principalmente, material, o que de há muito se espera.

A Lei 9714/98 – Lei das Penas Alternativas traça novos rumos na aplicação da pena, proporcionando uma expectativa de equilíbrio entre a resposta estatal e a recuperação de criminosos que não representam perigo à sociedade.

Claro está que a privação da liberdade não tem atingido o caráter ressocializador da pena, eis que poucas são as probabilidades de recuperar o preso quando impostas essas penas, então a saída está em possibilitar ao apenado cumprir sua pena próximo dos valores sociais, quais sejam, trabalho, educação, família e etc.

As penas alternativas, ou restritivas de direito permitem que a própria sociedade distribua e aplique a pena, eis que o condenado não deixará o convívio social para juntar-se a grande massa marginalizada.

Muito importante lembrar que as penas alternativas não traumatizam o apenado, não deixam o estigma de criminoso e consentem que a pena seja cumprida, ao mesmo tempo, que não o exclui da convivência com a sociedade.

As penas alternativas por permitirem a rápida distribuição da justiça e economia processual contribuem para que os juizes possam se dedicar com mais disponibilidade de tempo à apreciação dos crimes de maior gravidade.

Por fim, se observarmos a evolução do sistema punitivo na legislação brasileira, que se iniciou com a pena de morte, penas corporais (Lei de Talião), sendo estas substituídas pelas penas privativas de liberdade aplicadas pelo Estado, tendo esta última caído em descrédito, em razão de não estar alcançando o caráter ressocializador ao qual se destina, temos que a pena alternativa tem atingido a reeducação adequada presente no direito brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Ed. CL Edijur, 2005.

BOAVENTURA, Edivaldo. **Como ordenar as idéias**. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

BRASIL, **A Constituição Federal Vista pelo STF**. Organização por Osório Silva Barbosa Sobrinho. 2. ed. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2000.

BRASIL, **Código Penal**. Comentários por Celso Delmanto. 6 ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Ed Renovar, 2002.

BRASIL, **Código Penal**. Organização por Sandra Julien Miranda. São Paulo: Ed. Rideel, 2001.

BRASIL, **Constituição Federal**. Coordenação por Anne Joyce Angher. 8. ed. São Paulo: Ed. Rideel, 2002.

CORDEIRO, Grecianny Carvalho. **Penas Alternativas: uma abordagem prática**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2002.

COSTA, Tailson Pires. **Penas Alternativas**. São Paulo: Ed. Max Limonad, 1999.

DOTTI, René Ariel. **Bases e Alternativas para o Sistema de Penas**. 2.ed.São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1998.

JESUS, Damásio Evangelista. **Leis das Contravenções Penais Anotadas**. 8 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Penas Alternativas:anotações à lei n. 9714/1998**. 2.ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2000.

JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. **Dos Direitos humanos do preso**. São Paulo: Ed. Lemos & Cruz, , 2005.

HENRIQUES, Antonio & MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no Curso de Direito**. 4.ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

MIRABETE, Júli Fabrini. **Execução Penal**. 10 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1998.

MUAKAD, Irene Batista. **Prisão Albergue**. 3 ed. São Paulo: Ed: Atlas, 1998.

SMANIO, Granpaolo Poggio. **Criminologia e Juizado Especial Criminal**. 2 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA – CAMPUS DE CACOAL - UNIR

DIREITO – TURMA 2006-1

Acadêmica

Glória Chris Gordon

Professor Orientador

Silvério dos Santos Oliveira

Título

**A IMPORTÂNCIA DAS PENAS ALTERNATIVAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DO
APENADO**

Defesa: 06 de setembro de 2006.

Banca:

Prof.º Silverio dos Santos Oliveira (Presidente), Prof.º Antônio Paulo dos Santos e Prof.º
Francisco José Garcia Figueiredo.

GORDON, Gloria Chris. **A importância das penas alternativas na ressocialização do apenado.** 2006. 61f. TCC (Bacharelado em Direito) Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal – UNIR – Cacoal, 2006.